

Editorial

Temos prazer de trazer a público o segundo número de **Educação: saberes e práticas** que brindará o leitor com um conjunto de intrigantes temas na área de Educação.

No momento em que o Plano Nacional de Educação lança suas vinte metas e arregimenta os municípios para debulhá-las em forma de políticas contextualizadas que promovam a eliminação das desigualdades educacionais, os professores Rogério dos Santos Silva, Divaneide Lira Lima Paixão e Ranilce Guimaraes Iosif analisam as concepções de gestores, professores e alunos da educação básica acerca do conceito de cidadania e os desafios de se educar para cidadania. Eles descrevem as atividades pedagógicas de algumas escolas no Distrito Federal e destacam que há uma visão limitada da cidadania, que se restringe basicamente ao plano dos direitos e dos deveres, reproduzindo o senso comum. Os autores sustentam que cidadania configura tema pouco discutido e quase impermeável às ações pedagógicas.

A luta por direitos e garantia individuais e coletivas, por maior liberdade e eliminação da opressão e de injustiças contra os desassistidos e os diferentes tem sido o cerne do conceito de cidadania e ainda busca espaço na escola principalmente quando ela lida com a diversidade de formas pelas quais os sujeitos se constituem, como no caso de pessoas acometidas por alguma peculiaridades em seu desenvolvimento que afeta a dinâmica de aprendizagem. Nesta senda, as professoras Iedes Soares Braga e Tânia Maria de Freitas Rossi discutem, considerando os pressupostos da abordagem histórico-cultural, o processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores de crianças com transtorno autístico na expectativa de contribuir com quantos lidam com o processo de ensino aprendizagem. Estas funções formam um sistema funcional complexo que se constitui a partir de outros sistemas e são responsáveis pela instalação e desenvolvimento do comportamento humano consciente e autorregulado. Tal desenvolvimento

apóia-se nas funções elementares, de origem filogenética e, por intermédio das interações sociais, torna possível a atenção voluntária, a memória lógica, a formação de conceitos, dentre outras funções superiores. As autoras ressaltam que a principal dificuldade da criança com autismo está justamente na área do relacionamento social, da comunicação e da imaginação, com prejuízo à constituição e desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

Ainda discutindo limites e possibilidades da ação escolar sobre o desenvolvimento, a orientadora educacional Érika Goulart Araújo apresenta um estudo com um contingente importante de estudantes de escolas públicas do Distrito Federal no qual examina os fatores cognitivos, afetivos e emocionais ligados ao alto rendimento escolar de estudantes em situação de vulnerabilidade social. É interessante destacar que, ao correlacionar variáveis relativas às áreas investigadas com o rendimento escolar, não foram encontrados valores considerados significativos estatisticamente, contrariando a literatura na área. Parece que o esforço atual concentra-se no enfrentamento das barreiras não mais de acesso, mas de permanência na escola e de superação das desigualdades educacionais, buscando aprender com estudantes que logram sucesso a despeito de condições de vulnerabilidade.

Estas discussões mostram que as políticas públicas, ao se desdobrarem para garantir o acesso da população brasileira ao processo de escolarização, efetivamente têm garantido, em termo numéricos, o avanço das matrículas na Educação Básica e, mais recentemente, na Educação Superior. O debate, hoje, e cada vez com mais veemência, se debruça sobre o exame da qualidade da escolarização que vem sendo oferecida. É nesta perspectiva, as professoras Izânia Maria Aquino de Sá Leitão e Tânia Rossi, tematizam o processo de democratização do acesso ao ensino superior, ao verificarem se educadores em formação no curso de pedagogia de uma instituição de educação superior particular apresentam dificuldades no uso e na compreensão de estruturas aditivas e se tal fato influenciaria as futuras práticas pedagógicas destes atores.

Os resultados apontaram que os estudantes de pedagogia que participaram da investigação sentem dificuldade em matemática e se dizem inseguros para ensinar seus conteúdos básicos para as séries iniciais. Os

resultados apenas reforçam que as políticas públicas educacionais estão longe de atingir um padrão de qualidade que seja compreendido como direito de cada cidadão.

Eis o segundo volume, portanto. Nossa expectativa é que a leitura de **Educação: saberes e práticas** desperte o desejo de prosseguir com o debate e a pesquisa.

Tânia Rossi

Janeiro de 2015